

Eletrobras terá que se reinventar, após perda de R\$ 8 bilhões na receita

Impactada pela Medida Provisória 579, a estatal terá que reduzir seu atual quadro de funcionários para garantir sustento.

CLAUDIO J. D. SALES
Presidente do Instituto Acende Brasil



Terceirização e o interesse público

Os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário têm dedicado muito esforço para definir políticas públicas sobre a terceirização, tema que requer definição urgente e que continua sendo questão polêmica que afeta empresas e órgãos da Administração Pública e da esfera privada.

Serão impactadas por tal definição empresas, clientes e empregados dos setores de energia elétrica, telecomunicações, automobilístico, serviços financeiros, entre outros.

A terceirização é uma técnica de gestão pela qual se opta por contratar outra entidade para desempenhar uma determinada atividade — em vez de realizá-la internamente — e que visa a aprimorar o desempenho da organização. Tal técnica tem sido atacada no Brasil com base na tese de que ela contribuiria para a precarização do trabalho.

No entanto, os casos de precarização decorrem de falhas institucionais que resultam em condições trabalhistas não isonômicas. São falhas que podem e devem ser endereçadas, mas que não são causadas pela terceirização. Fora do Brasil, tal técnica é chamada de ‘outsourcing’ (ou fornecimento vindo de fora), concentrando-se na escolha entre produção própria ou externa. Já no Brasil, terceirização se concentra na relação trabalhista e na interposição de um terceiro agente.

As políticas públicas que tratarem da terceirização devem ter um olhar mais amplo e atender aos interesses da maioria

A terceirização proporciona benefícios para a sociedade na forma de ganhos de eficiência, flexibilização da cadeia produtiva, compartilhamento de riscos, ganhos de qualidade e promoção da inovação. Assim, além dos impactos da terceirização que afetam as empresas diretamente envolvidas e seus empregados, também devem ser incluídos os efeitos — imediatos e de longo prazo — sobre os consumidores, sobre o nível e composição do emprego, e sobre os poupadores e investidores. Como exemplo, e conforme detalhado no “White Paper no. 8 — Terceirização no Setor Elétrico e o Interesse Público”, no setor elétrico a terceirização tem propiciado a criação de novas empresas em que trabalhadores podem prestar serviços especializados com alta produtividade, o que tem redundado em menor custo da energia elétrica para os consumidores.

Como toda técnica de gestão, nem todas as implementações de terceirização foram bem-sucedidas. Há situações em que empresas voltaram atrás no grau de terceirização de algumas atividades, passando a internalizar a sua execução e/ou sendo mais criteriosos nas escolhas das empresas terceirizadas. Embora nem sempre a terceirização seja bem-sucedida, a imposição de regras para restringir a terceirização privaria a sociedade dos benefícios da terceirização. O sucesso desta técnica depende de sutilezas que não podem ser tratadas por leis ou regulamentos gerais.

Os desafios não serão vencidos com artifícios burocráticos e universais. Nossas autoridades precisam entender os efeitos líquidos e globais da terceirização, sem se restringir a impactos imediatos. As políticas públicas que tratarem da terceirização devem ter um olhar mais amplo e atender aos interesses da maioria da população, procurando blindar-se das demandas corporativas de grupos com alto poder de organização. ■

Rafael Palmeiras / rpalmeiras@brasileconomico.com.br

Uma nova Eletrobras está prestes a surgir, fruto das mudanças tarifárias impostas pela Medida Provisória 579. A companhia, comanda por José da Costa Carvalho Neto, que já sinalizou ser favorável à renovação das concessões será fortemente penalizada por essa escolha, que irá causar uma redução de R\$ 8,7 bilhões na receita.

De acordo com a Eletrobras, cerca de 13.908 megawatts (MW) serão afetados, o que representa 47,4% do seu parque gerador. Já no caso da transmissão a situação é ainda mais grave, com 92,1% das operações (o equivalente a 57.491 quilômetros) sendo afetadas pela medida provisória.

Na nova fase da companhia, a receita a ser aferida pelos ativos afetados pela MP 579 vai somar R\$ 3,7 bilhões, uma forte queda de 70% se comparada a atual receita em R\$ 12,4 bilhões.

Na opinião de Luiz Pinguelli Rosa, ex-presidente da estatal, a Eletrobras vai se tornar uma empresa menor e já menciona até a palavra desastre para se referir a empresa. "Sou totalmente contra essa redução, que foi elaborada em um cálculo errado." "A política no Brasil não prima pela competência técnica", completa. Segundo ele, o cenário a ser visto pela Eletrobras inclui uma redução do quadro de funcionários e na qualidade técnica das subsidiárias. "Eu acho que isso é um grande desastre e acredito

ser difícil que a Eletrobras tenha uma operação eficaz em suas empresas."

Entre as companhias mais afetadas está a Chesf, que vai passar de uma receita anual, levando em consideração apenas os ativos afetados pela MP, de R\$ 6,4 bilhões para R\$ 1,6 bilhão. João Bosco de Almeida, presidente da Chesf chegou a afirmar ao BRASIL ECONÔMICO, em setembro, que a empresa já estudava um plano de demissão, motivado pelas mudanças impostas pelo governo. Porém, já se comenta que Almeida não será o responsável por reduzir o quadro de funcionários, já que o executivo estaria estudando deixar o cargo logo no início de 2013. A reportagem não conseguiu entrar em contato com a companhia.

Nesse novo cenário, Raimundo de Paula Batista Neto, especialista em negócios do setor elétrico e sócio-diretor da Enecel Energia, acredita que a Eletrobras não vai mais conseguir cumprir seu papel de promotora de progresso. "O primeiro impacto é uma reestruturação completa dentro da companhia para gerar um equilíbrio. Ela não deve ter condições de manter os funcionários e com isso sua inteligência

operacional será prejudicada resultando na mudança de perfil da empresa", destaca.

Segundo o especialista, com a indenização de R\$ 14 bilhões, valor bem abaixo dos R\$ 31,8 bilhões esperado pela companhia, a Eletrobras deve iniciar já o seu processo de demissão. Além disso, reconhecendo a perda de ativo no montante de R\$ 17,7 bilhões, a estatal deve encontrar grande dificuldade para gerar caixa e manter seus investimentos de expansão, em novos projetos e nos ativos

já existentes. "E o governo ainda insiste que está tudo bem", critica Batista.

Decisão

O conselho de administração da Eletrobras vai realizar no dia 3 de dezembro uma reunião com seus acionistas para deliberar sobre a aprovação ou não das renovações das concessões de energia elétrica da estatal.

Recentemente, a empresa viu José Luiz Alqueres, representante dos acionistas minoritários se desligar da companhia. "O pedido de desligamento do representante dos minoritários sinaliza a forte pressão

que o governo tem feito sobre o conselho no sentido de fazê-la aceitar a renovação mesmo com toda a perda de receita", avalia, por meio de relatório, Ricardo Correa, analista chefe da Ativa Corretora.

Pelos cálculos do **Instituto Acende Brasil**, a estatal irá perder mais de R\$ 20 bilhões até 2017, somente com as novas tarifas a serem utilizadas. "Acreditamos que a companhia deva aceitar a proposta do governo, uma vez que o acionista controlador é a própria União Federal, que arquitetou a MP 579 e não quer de maneira nenhuma realizar qualquer tipo de alteração na medida", completa o analista da Ativa.

Trimestre

A Eletrobras registrou no terceiro trimestre lucro líquido de R\$ 1 bilhão, valor 35,9% abaixo dos

R\$ 1,56 bilhão visto no mesmo período do ano anterior. A receita líquida no trimestre até setembro foi de R\$ 8,38 bilhões, uma alta ante os R\$ 7 bilhões em 2011. No mesmo sentido, o lucro antes de juros, impostos, amortização e depreciação (Ebitda) foi de R\$ 1,52 bilhão, acima do R\$ 1,08 bilhão em igual período de 2011.

De acordo com levantamento feito pelo BRASIL ECONÔMICO a Eletrobras já perdeu no ano R\$ 12,16 bilhões em valor de mercado que agora soma R\$ 13,14 bilhões. †